



Decisão judicial pode encerrar CPI do Bolshoi

(foto Carlos Kilian)

Ao decidir pela rejeição da denúncia do Ministério Público Federal sobre irregularidades no Instituto Escola Bolshoi do Brasil, o juiz da 4ª Vara Federal de Joinville, Marcos Hideo Hamasaki, pode ter decretado o fim da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar o caso. O assunto foi encaminhado na quinta-feira (30) para análise da Procuradoria Jurídica e da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa. A questão central é a extinção do fato determinante em decorrência da decisão judicial, conforme defendeu o relator da CPI, deputado Francisco Küster (PSDB).

próximo dia 5, terça-feira, deveriam ser ouvidos os depoimentos dos diretores do Instituto, Antônio João Ribeiro Prestes e Joseney Braska Negrão, além do presidente da Fundação Cultural de Joinville e vice-prefeito do município, Rodrigo Bornholdt.



Küster, relator da CPI, acredita que CPI não pode prosseguir. Manifestantes estiveram na Assembléia um dia antes

Página 8

(foto Jonas Lemos Campos)

Lançado SC Pró-Brasil



Tributação excessiva uniu sociedade organizada e Legislativo catarinenses em campanha desencadeada na Alesc

Página 3

Vetos vão a Plenário na próxima semana

Os 35 vetos parciais e totais apostos pelo governo a projetos de lei de origem parlamentar ou a emendas a propostas do Executivo, irão a Plenário na próxima semana.

Na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, na quarta-feira (30), o deputado Celestino Secco (PP) formalizou proposta de alteração do Artigo 298 do Regimento Interno da Casa, que dispõe sobre apreciação dos vetos. Se for acatada, mudará a tramitação, com a leitura das mensagens de veto na CCJ, abertura de prazo de uma reunião para pedidos de vista e encaminhamento na reunião seguinte a Plenário, sem a necessidade de manifestação de voto pelos integrantes da Comissão. Polêmica em torno da votação dos vetos estabeleceu-se desde o início deste ano legislativo,

isto porque enquanto na Comissão o voto é aberto, em Plenário a votação é secreta, um dos poucos casos em que o expediente do voto anônimo foi mantido.

A CCJ também apreciou o veto total do governo ao Projeto de Lei nº 378/04, que veda a cobrança de assinatura básica na telefonia fixa e móvel, de autoria do líder da bancada petista, deputado Paulo Eccel. O veto foi derrubado com os votos dele e dos deputados Sérgio Godinho (PTB) e Vanio dos Santos (PT). A CCJ é presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Os deputados Onofre Agostini (PFL) e os progressistas Joares Ponticelli e Celestino Secco se abstiveram, e assim vêm se manifestando sistematicamente em relação aos vetos, mas comentaram ser favoráveis à proposta de elaboração de lei.

Dia Mundial da Água

O dia 22 de Março, Dia Mundial da Água, foi marcado no Legislativo pela instalação do Fórum Parlamentar Permanente das Águas. Instituído pela Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) em fevereiro de 1993, foi ratificado no Brasil em maio de 2003.

Página 7

Escola do Legislativo terá programa de TV



Numa reunião preliminar ocorrida na quarta-feira (30), na Sala de Imprensa da Alesc, o presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), recebeu coordenadores dos cursos de Jornalismo, Cinema e Vídeo, da Unisul, de Artes Cênicas, da Udesc, e de Cinema e Jornalismo da UFSC. Também compareceram a diretora da Escola, Carla Maria Vieira Pedrozo, o diretor da TV AL, Ilson Chaves, e funcionários da Escola.

Foi discutida a implantação de um programa de televisão, que será produzido pela

TV AL em parceria com essas universidades. "Queremos que as universidades sejam parceiras da Escola no projeto de formação cultural da população sobre o essencial conceito de cidadania. O programa é a ferramenta e o produto é a formação cultural da população, que é o papel da Escola do Legislativo e de todas as escolas", destacou o parlamentar.

Para a próxima quarta-feira (6), às 10 horas, está marcada nova reunião, na Alesc, quando será apresentado um esboço do programa. (RMPP)

Florestan Fernandes

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Com a presença do jornalista Florestan Fernandes Júnior, foi lançado na Galeria de Arte Meyer Filho, na noite de segunda-feira (28), o livro *Florestan Fernandes - Vida e Obra*, de Laurez Cerqueira, que trabalhou na Câmara com o sociólogo e atualmente é chefe de gabinete do deputado federal Mauro Passos (PT). O evento foi resultado da parceria entre os deputados Vanio dos Santos (PT) e Mauro Passos e o MST (Movimento Sem-terra). Após o lançamento, houve exibição de um documentário produzido pela TV Câmara, dentro do projeto "Perfis Parlamentares", agraciado com o prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo 2004.

Vanio destacou que o livro é um resgate da memória de Florestan, deputado federal por dois mandatos e fundador do PT. "Ele foi um exemplo de vida, marcada pela ética, pelo compromisso, com a transformação do Brasil". O coordenador do MST, Agnor Bicalho, conhecido como Parafuso, enfatizou o orgulho do movimento em homenagear um dos maiores filósofos do país ao dar seu nome à escola sediada em Guararema (SP), onde o livro foi lançado em janeiro. "Florestan foi exemplo de cidadania e honradez. Nossa escola é um monumento ao Brasil e tem a função de qualificar seres humanos para uma revolução na educação."



Laurez Cerqueira, autor do livro, e Florestan Júnior

O autor qualificou o sociólogo da USP como um homem tenaz, persistente e desafiador, informando que doou a obra ao MST porque Florestan sempre adotou o ponto de vista dos mais humildes. Florestan Fernandes Júnior declarou que o acesso a uma vida melhor perturbava o pai, pois o distanciava dos pobres. Comentou ainda a reportagem publicada pela revista *Veja* sobre a Escola Florestan Fernandes, assinalando seu aborrecimento. "Parabenizo o MST e quero salientar que minha família orgulha-se da Escola. No início do século XX, minha avó era camponesa", contou. (RV)

OPINIÃO

Teste do Olhinho previne cegueira

No início do ano, o governo vetou integralmente um projeto, da nossa autoria, que estabelece a obrigatoriedade da realização de exames de identificação congênita em recém-nascidos, conhecido popularmente como o "Teste do Olhinho".

Esta proposta busca proporcionar segurança às gestantes, que passarão a contar com mais um instrumento legal para detectar se há problema quanto à visão dos recém-nascidos. Atualmente, estima-se que 0,4% dos bebês sejam portadores de catarata congênita, que é a principal causa de cegueira na infância. Por não fazer o teste logo após o parto, geralmente detectam-se os problemas quando as crianças já perderam a visão, o que é lastimável.

O diagnóstico precoce é de suma importância para o bom desenvolvimento da criança, que já ao nascer faz o "Teste da Orelhinha" para verificar se há perdas na audição e o "Teste do Pezinho", que visa diagnosticar algumas doenças congênitas. Assim, este projeto, quando transformado em Lei, contribuirá sobremaneira para a política pública do Estado, inclusive poderá servir como referência nacional.

No entendimento do governo, baseado nos pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria da Saúde, a matéria é inconstitucional, pois seria de competência do Executivo. Cabe a nós esclarecermos que há alguns equívocos neste processo. Contrapondo ao que foi alegado, esta proposta não gerará ônus aos cofres públicos, pois não mexerá na estrutura da Secretaria da Saúde. Apenas cria um projeto de prevenção dentro das atribuições daquela repartição. Prova disso, é que nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo o "Teste do Olhinho" foi aprovado e é rotina obrigatória. Assim fica o questionamento: como pode lá e aqui não?

A questão é de significativa relevância que encontra no Judiciário, inclusive, várias interpretações. Por exemplo, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em recurso extraordinário, que diz que "prevalece o direito à saúde e à vida, em face de normas que regulam a atividade econômica do Estado".

Portanto, este projeto pode partir de uma iniciativa legislativa. Na próxima semana, virá ao Plenário a votação deste veto. Contamos com o apoio dos nossos legisladores, que votaram por unanimidade a favor, no ano passado, para que mantenha a coerência e digam sim à derrubada do veto, para que se faça valer a dignidade humana.

Deputado Francisco de Assis (PT)

O Leitor

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Pergunte ao deputado

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Carmen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Carmen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira, Denise Arruda Bortolon, Magda Audrey Pamplona e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelevino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kelen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanek, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henriques, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vítor Santos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Bruno Corrêa da Silva e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Estagiários Progr. Antonieta de Barros: Suelen Regina Hilário e Rodrigo César de Araújo

Campanha contra aumento de impostos

O Movimento SC Pró-Brasil, formado por mais de 60 entidades representativas, lançou na manhã de segunda-feira (28), na Assembleia Legislativa, campanha publicitária contra o aumento de impostos.

Na abertura do evento, o presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), destacou a sintonia do Parlamento estadual com as causas de interesse da sociedade, referindo-se ao trabalho do Fórum



Mais de 60 entidades estão engajadas no movimento para freiar a sanha dos governos por tributos

Parlamentar Catarinense de Debate Sobre a Medida Provisória Federal nº 232, presidido pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB). Ele fez a leitura da moção repudiando a MP, elaborada com a participação de diversos segmentos e remetida aos parlamentares em Brasília.

"Hoje já se apresentam recordes de arrecadação, mas que incidem sempre nas mesmas empresas. A contrapartida governamental não ocorre na mesma proporção do retorno dos serviços. Se precisamos de segurança, temos que contratar segurança particular. Se precisa-

mos de saúde, contratamos planos privados de saúde", argumentou o presidente da CDL e representante da coordenação da campanha SC Pró-Brasil, Kissao Thais.

De acordo com Gilberto Amaral, do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o Brasil tem 62 impostos em vigor e mais de 3 mil normas existentes, entre leis, decretos e portarias. Isso representa uma carga tributária equivalente a 44% do rendimento bruto da população e incidente em mais de 30% do faturamento das empresas,

prejudicando a competitividade no mercado internacional. Mesmo em países emergentes, como a Coreia do Sul, que tem a carga tributária mais próxima da brasileira, os índices são 10% menores.

Representando as entidades que integram o Movimento SC Pró-Brasil, o presidente do Sindicato das Agências de Publicidade de Santa Catarina, Saulo José da Silva, anunciou o lançamento oficial da marca institucional e da campanha publicitária contra a elevação da carga tributária no Brasil - federal, estadual e

municipal. As peças promocionais foram apresentadas em cinco filmes, quatro anúncios para jornal, spots para rádio, quatro outdoors, folhetos, volantes, botons de lapela e adesivos para carros.

"A campanha coloca em evidência a contrariedade de toda a sociedade em relação à cobrança abusiva de impostos. Ao mesmo tem-

po, damos visibilidade ao Movimento SC Pró-Brasil, um fórum permanente de defesa dos interesses catarinenses e brasileiros em matérias tributárias", disse Silva. A campanha começou a ser veiculada no dia 28 e pode ser acessada também pela rede, no endereço www.scprobrasil.org.br.

Além de Garcia e Herneus, estavam presentes os deputados Celestino Secco (PP), Reno Caramori (PP), Antônio Aguiar (PFL) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), o senador Leonel Pavan (PSDB). (CA/SD)

Manifestações

"Temos mais de 3 mil normas tributárias. Somos veementemente contra a Medida Provisória." Nilson José Goedert, representando o Conselho Regional de Contabilidade.

"A entidade está trabalhando firme na implementação dessa marca de repúdio diante das retrógradas medidas que atingem a sociedade e servem apenas para o governo justificar suas despesas." Adriano Zanotto, presidente da seccional catarinense da OAB.

"Esse é um momento histórico em defesa da cidadania e da sociedade brasileira contra a elevação da carga tributária." Moacir Pereira, presidente em exercício da ACI (Associação Catarinense de Imprensa)

"Se for preciso, vamos para as ruas e sinaleiras distribuir panfletos da campanha e colocar adesivos nos carros. Podem contar conosco." Elizabete Baesso, presidente da Adocon (Associação de Donas de Casa e Defesa do Consumidor de SC).

"Com a medida, os prestadores de serviço e a agricultura vão transferir os custos para os produtos. Com isso, o consumidor perde seu poder aquisitivo e traz como consequência a diminuição das vendas e dos negócios." Sido Guesner, representando o setor do comércio e o Conselho da Federação dos Empresários Catarinenses.

Sinjusc pede implantação da Defensoria Pública

O presidente do Sinjusc (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina), Volnei Rosalen, entregou na tarde de quarta-feira (30) ao vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e ao líder da bancada petista, deputado Paulo Eccel, requerimento para elaboração de projeto de lei implantando a Defensoria Pública em Santa Catarina.

Eccel afirmou que já na próxima terça-feira (5) entrará com requerimento na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para a realização de uma audiência pública para debater o tema. Serão convidados representantes da OAB, do governo do Estado, do Sinjusc, do Poder Judiciário e de outras entidades.

Segundo Rosalen, Santa Catarina e São Paulo são os únicos estados que ainda não possuem uma Defensoria Pública.

"Aqui o modelo aplicado - Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, organizada pela OAB/SC - se distancia dos padrões estabelecidos na Constituição Federal de 1988. A Constituição sugere que a população carente tenha acesso à justiça e é o Estado que prestará essa assistência jurídica integral e gratuita, aos que comprovarem insuficiência de recursos", explicou.

A Lei Complementar nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios prescreve normas gerais para a organização nos estados. Uma das normas é que os advogados sejam contratados pelo Estado através de concurso público e, após sua nomeação, todos ficam proibidos de exercer a advocacia fora da Defensoria Pública.

No modelo atual, os advo-

gados da OAB/SC são os que prestam serviços à população comprovadamente carente, através da Defensoria Dativa, sendo pagos pelo Estado como um serviço terceirizado. "Na audiência pública queremos levantar essa questão. Quanto o Estado gasta com honorários pagos aos advogados da OAB e quanto poderia ser economizado se a Defensoria Pública fosse implantada?", indagou Eccel.

Rosalen também comentou que nas universidades, através dos seus escritórios modelos, os alunos de Direito prestam consultoria à população carente, o que também teria que ser feito pelo Estado. "Queremos apenas que se cumpra a Constituição Federal para que a população tenha acesso à Justiça de forma irrestrita. Este é um papel social do qual não se pode fugir, pois todos temos direitos iguais, garantidos por lei", afirmou. (TK)

Vanio avalia viagem aos EUA

Integrante da comitiva que acompanhou o vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) aos Estados Unidos, na qualidade de representante do Legislativo estadual, o deputado petista Vanio dos Santos destacou, em avaliação feita à imprensa, os resultados para alavancar o turismo internacional em Santa Catarina. A viagem aconteceu na segunda quinzena de março. Em Miami, a comitiva participou do *Seatrade Cruise Shipping Convention*. A ideia do governo estadual é ampliar o turismo de cruzeiros entre os Estados Unidos e Santa Catarina.

Segundo o parlamentar, o estande catarinense no evento chamou bastante a atenção dos investidores. "Queremos entrar no mercado de turismo de cruzeiros, já que as belezas naturais do litoral catarinense

chamam a atenção. Precisamos investir em infra-estrutura para ter como receber esses turistas, para isso é necessário construir trapiches, com materiais que não agridam o meio ambiente. Este tipo de turismo impulsiona 54 setores da economia, que vão desde a construção de barcos até a indústria hoteleira, passando por artesanatos e lojas de confecções."

Uma reunião será agendada pelo vice-governador para o segundo semestre deste ano, com construtores de plataformas. "Precisamos começar logo. Infra-estrutura não se faz de uma hora para outra, mas acredito que a médio prazo, após serem construídas as plataformas, poderemos receber turistas americanos vindos em cruzeiro para Santa Catarina. A economia do Estado atingirá um novo nicho", afirmou Vanio. (TK)

Reforma política sai este ano

(foto Jonas Lenos Campos)

A reforma política, há mais de dez anos em debate no Congresso nacional, deverá ser apreciada em setembro para valer já a partir das eleições de 2006. A expectativa é do relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, deputado Rubens Otoni (PT-GO), que expôs durante audiência pública na tarde de terça-feira (29), no Plenário, os principais pontos propostos. O evento foi promovido pelo presidente do Fórum Parlamentar Permanente da Reforma Política, deputado Francisco de Assis (PT).

"A necessidade do debate com a sociedade é o primeiro passo. De muitos que daremos, até conseguirmos a sua aprovação na Câmara e no Senado. Estou consciente de que este é o momento ideal e estou otimista, pois o atual modelo é muito antigo, de 1946. Acredito que em setembro já votaremos a matéria. Assim, nas próximas eleições as novas regras já poderão ser seguidas", explicou o relator.

Desde a aprovação da nova Constituição Brasileira, em 1998, esse tema está nos projetos que tramitam no Congresso, lembrou Otoni. São mais de 150 propostas que têm como objetivo fazer alterações em relação às cotas eleitorais, cláusula



Deputados Valmir Comin, Julio Garcia, Assis, Otoni, Djalma Berger, Lício Mauro e Pedro Baldissera

de barreira, coligações e fidelidade partidária, financiamento público de campanha, sistema eleitoral e pesquisas, principalmente. "Por causa da quantidade de projetos em torno do tema foi instalada, em 2003, a Comissão Especial de Reforma Política que, durante dez meses aglutinou os principais temas abordados nas demais proposições, resultando no Projeto de Lei nº 2.679, de 2003", contou.

Debate – A possibilidade de aprovar a matéria neste ano foi questão levantada pelos deputados Francisco Küster (PSDB), João Henrique

Blasi (PMDB) e Rogério Mendonça – Peninha (PMDB). "Existem condições, tudo depende do entendimento político", assegurou Otoni. O líder do PFL, Antônio Ceron (PFL), ponderou sobre questões pontuais que têm gerado polêmica, caso do financiamento público. Participaram ainda do debate o presidente estadual do PCdoB e ex-vereador, Nildomar Freire – Nildão, que demonstrou preocupação com a possibilidade de serem extintos os partidos pequenos. O professor Ademir Gonçalves, questionou o voto distrital, expediente retirado da proposta em discussão. (TK/DAB)

Principais pontos da proposta

- Lista pré-ordenada (fechada): o sistema eleitoral passará a ser feito através de uma lista fechada, de voto do partido. Atualmente, está em vigor a lista aberta, na qual o voto é declarado a um candidato específico. Com a reforma, o voto será na legenda e não mais no candidato, fortalecendo os partidos e desestimulando as legendas de aluguel.

- Coligações: os partidos não poderão reunir-se em coligação apenas para disputar as eleições para os legislativos municipal, estadual e federal. Dois ou mais partidos poderão reunir-se em federação, a qual, após a sua constituição e respectivo registro perante o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), atuarão como se fosse uma única agremiação partidária e deverão permanecer unidos, no mínimo, por três anos.

- Financiamento público: proibição do uso de recursos em dinheiro proveniente dos partidos e federações partidárias e de pessoas físicas e jurídicas. Ao todo, serão destinados R\$ 900 milhões do Tesouro Nacional para as eleições. A distribuição será feita com 1%, dividido igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no TSE; 14% serão divididos igualmente entre os partidos e federações com representação na Câmara dos Deputados e 85% serão divididos entre os partidos e federações, proporcionalmente ao número de representantes que elegeram no último pleito geral para a Câmara dos Deputados.

Sessão presta homenagem a João Sônego

(foto Carlos Kilian)

A sessão solene em homenagem ao radialista João Sônego, ocorrida na noite de segunda-feira (28), no auditório da União Mineira, em Criciúma, foi marcada pela emoção. Conduzido pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), o evento também contou com a presença dos deputados José Paulo Serafim (PT), proponente da solenidade, Valmir Comin (PP), Altair Guidi (sem partido), Jorge Boeira (PT), deputado federal, vereadores e políticos locais, como o prefeito eleito Décio Góes (PT), o prefeito em exercício, Sérgio Hercílio Pacheco (PP), o ex-deputado estadual, Delfim de Pádua Peixoto, e inúmeros amigos e familiares do radialista. Participaram os filhos Júlio César e Maria Cristina Sônego.

Amigo pessoal de João Sônego, falecido no último dia 19 vítima de um tumor cerebral, Serafim fez um emocionado discurso, em que lembrou acontecimentos, inclusive de sua infância, pois quando menino o parlamentar foi vizinho do radialista. "Esta homenagem estava sendo preparada há alguns meses, ou seja, era para o João estar aqui. Contrariando nossa vontade, ele nos deixou antes, muito antes do previsto. Aprendi muito com ele. João não humilhava, ensinava. Não impunha, sugeria. E em cada atitude admi-



Deputado José Paulo Serafim conheceu radialista na infância e queria homenageá-lo em vida

tia estar sempre aprendendo", disse.

Um dos discursos mais emocionados foi o do jornalista Adelor Lessa, companheiro de rádio de João nos últimos 20 anos. "Aprendi tudo com o João, que era meu melhor amigo e meu segundo pai. Com quase 2 metros de altura, João foi um homem amoroso, carismático, não ti-

nha receio de divulgar suas idéias. Felizmente, elas serão editadas em um livro histórico que contará a história política de Criciúma", disse Lessa.

O filho do radialista, Júlio César Sônego, recebeu a placa em homenagem ao pai e agradeceu a todos os discursos e homenagens que o pai recebeu desde o

dia de seu falecimento. "Meu pai foi demitido 12 vezes durante sua vida. Em uma delas era véspera de Natal. Com o dinheiro da indenização ele comprou brinquedos para todos os filhos e disse que aquela noite era de alegria, sem se importar com o que havia ocorrido. Este era o meu pai.", lembrou. Julio Garcia contou que pouco conviveu com o radialista. Certo dia, convidado por Adelor Vieira, foi participar do programa de Sônego na rádio. "Ao me deparar com João, só pude me calar, ouvir e aprender. Feliz da família cujo líder deixa tanta saudade", finalizou o presidente.

João Sônego nasceu em Criciúma, no dia 7 de dezembro de 1930. Aos 15 anos, começou a trabalhar no setor administrativo da antiga CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), atualmente Cooperminas.

Iniciou a carreira de radialista aos 19 anos. Sua estréia foi como locutor de uma partida de futebol entre o Atlético e o Comerciário, pela rádio Eldorado. João Sônego comandou programas como *Difusora 20 Horas*, *Linha Aberta*, *Bom Dia*, *João e Eldorado Debates*. A voz firme, a ética e a coragem foram as marcas do radialista, que nem a ditadura militar calou. (TK)

Audiência Pública

Casan X Prefeitura de Joinville

(foto Solon Soares)

Para discutir o desvio de finalidade de R\$ 12 milhões em recursos da Casan, repassados ao município de Joinville para aplicação em obras do programa de saneamento, a Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira -Dentinho PT), realizou audiência pública na manhã de quarta-feira (30). As supostas irregularidades que geraram a convocação do presidente da Casan, Walmor De Lucca, do prefeito de Joinville, Marco Tebaldi - que mandou o secretário municipal de Finanças, Adelir Hercílio Alvez, para representá-lo -, e do presidente do Sintae (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Água e Saneamento), Odair Rogério Silva, já haviam sido apresentadas pelo deputado Dentinho em Plenário. Ele também apresentou um vídeo com entrevista na qual o prefeito Tebaldi acusa a Casan de estar sabotando o sistema de fornecimento de água no município, dirigindo-se à direção da estatal como uma "gangue", além de classificar o deputado petista como um parlamentar "de quinta categoria".

Dentinho encaminhou representação ao Ministério Público sugerindo que fossem investigadas as irregularidades. Em análise da prestação de contas apresentada pela prefeitura de Joinville à Casan, o deputado observou indícios de desvio de finalidade do contrato de gestão compartilhada, pelo qual a estatal repassa os valores de R\$ 1 milhão/mês para programas de educação ambiental e saneamento básico, de R\$ 50 mil/mês para o programa SOS Nascentes e de 3% do faturamento da Casan em Joinville para a Amae (Agência Municipal de Água e Esgoto). Segundo a análise, serviços executados conforme determinação do contrato de gestão não eram compatíveis com documento fiscal constante na prestação de contas. Dentinho citou como exemplo o uso da mesma nota de empenho para dois contratos diferentes.

Auditoria interna - O presidente Walmor de Lucca informou que a Casan apenas recebeu um relatório, e não a prestação de contas, como seria correto. Ele lembrou

que um prefeito tem responsabilidade sobre documentos de fé pública por ele assinados. Diante da situação e após as denúncias de Dentinho, o presidente da estatal mandou instaurar uma auditoria interna para verificar se a aplicação dos recursos repassados foi feita de acordo com o programa previsto.

O secretário Adelir Hercílio Alvez disse não ter havido nenhum desvio de finalidade e que, se consta um documento estranho na prestação de contas foi por um equívoco, cabendo ser retirado. Para Dentinho, porém, o problema não se soluciona com a substituição do documento, procedimento que para ele reforça a tese de desvio de finalidade. O parlamentar deverá encaminhar solicitação ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) para que apure a prestação de contas referente ao período de 2003/2004, em que esteve vigente o contrato de gestão compartilhada.

Sobre as acusações de sabotagem e da existência de uma gangue na direção da empresa, o deputado lamentou que os esclarecimentos tenham sido prejudicados pela ausência do prefeito Tebaldi.

O presidente da Casan classificou as declarações como chocantes, de agressão ao Parlamento catarinense e de generalização infundada aos servidores da empresa. Ele estudia medidas jurídicas para interpelar o prefeito de Joinville. Para o presidente do Sintae, as declarações de sabotagem deverão ser comprovadas, caso contrário o sindicato deverá também ingressar com ação na justiça. "Esta é uma campanha orquestrada para colocar a sociedade de Joinville contra a Casan, a fim de acobertar a intenção de privatizar o serviço de água e saneamento", declarou Odair Silva. (SD)



De Lucca, ao microfone, Dentinho, Manoel Mota e Adelir Hercílio Alvez

Aplicação de recursos estaduais

Os relatórios da gestão fiscal da Secretaria Estadual da Fazenda, referentes aos meses de outubro e novembro de 2004, foram analisados pela Comissão de Finanças, na reunião de terça-feira (22), presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), com a presença dos deputados Gelson Merísio (PFL), Manoel Mota (PMDB), Odete de Jesus (PL), Antônio Ceron (PFL), Dionei Walter da Silva (PT) e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP).

Vieirão deu parecer pelo arquivamento desses relatórios, para futuras análises dos parlamentares, mas declarou que o atual governo estor-

nou R\$ 60 milhões de aplicações na área da saúde, em 2003. "Isso significa que não houve aplicação correta dos percentuais no setor. É preciso análise mais criteriosa do TCE (Tribunal de Contas do Estado) sobre o que é empenho e o que é despesa realizada. Se o governo do Estado diz que anulou R\$ 60 milhões em 2003 na área da saúde, o TCE tem que considerar. Se eu não paguei, eu não apliquei".

Concordando com as afirmações do progressista, Dionei pediu que a Comissão tomasse providências. "Está havendo maquiagem dos gastos na saúde", declarou o parlamentar. (RMPP).

Portaria sobre erva-mate foi "engano"

Os produtores catarinenses de erva-mate não precisam preocupar-se com os efeitos da Portaria 44/93, do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Nacionais Renováveis), que determina a necessidade de emissão da ATPF (Autorização para Transporte de Produto Florestal). A garantia foi dada no dia 22 pelo gerente executivo do Ibama em Santa Catarina, Luiz Ernesto Trein, durante a realização de audiência pública pela Comissão de Constituição e Justiça, atendendo requerimento de seu presidente, deputado Jorginho Mello (PSDB). A medida, que estava causando problemas aos produtores, "não passou de um

engano", segundo esclareceu Luiz Ernesto. Ele chegou à audiência quase em seu final, após um contato telefônico feito pelo líder do PT, deputado Paulo Eccel.

Em uma análise rápida do corpo técnico do Ibama, descobriu-se que a própria Portaria, em seu Artigo 14, exclui a erva-mate plantada da lista de produtos dos quais são exigidos a ATPF. "Parece que o maior volume da produção da erva-mate provém de plantações e não da planta de origem nativa. Há toda uma movimentação em função de uma situação desnecessária." Mesmo em caso da erva-mate nativa, o representante dos erva-

teiros, Anselmo Zanelatto, informou que existe a prática do plantio da espécie nativa dentro das florestas, o que é chamado de adensamento. O deputado Celestino Secco (PP) já havia alertado para esta condição.

Além de Mello, Eccel e Secco, estiveram presentes à audiência os deputados Reno Caramori (PP) e Dionei Valter da Silva (PT), respectivamente, presidente e vice da Comissão de Agricultura e Política Rural, Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Antônio Ceron (PFL), Gelson Merísio (PFL), Lício Mauro da Silveira (PP), Romildo Titon (PMDB), Sérgio Godinho (PTB) e Simone Schramm (PMDB). (SD)



Luiz Ernesto, do Ibama: "Foi engano"

Comissão de Agricultura debate seca no Meio-oeste

Graziela May Pereira

Nem a visita ao Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no último dia 16, trouxe grandes novidades para os catarinenses. A pior seca dos últimos 43 anos, que está atingindo as regiões Oeste e Meio-oeste, trouxe problemas para mais de 100 mil famílias. Mais de 150 municípios estão em estado de emergência. Na visita, Lula anunciou medidas emergenciais que prorrogarão parte das dívidas dos agricultores afetados pela falta de chuva. Por este motivo, a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Renó Caramori (PP), promoveu duas audiências públicas nas cidades de Caçador e Videira, no Meio-oeste, no dia 21.

Na primeira, realizada no Salão Paroquial São Francisco de Assis, em Caçador, mais de 150 pessoas foram discutir as possíveis soluções. O município, que decretou há mais de 30 dias estado de emergência, já perdeu 70% das lavouras, acumulando prejuízos de R\$ 9 milhões.

“Viemos aqui para tentar amenizar os prejuízos e oferecer soluções”, afirmou Caramori ao abrir a audiência. O prefeito do município, Saulo Sperotto (PSDB), tentou acalmar os agricultores e garantiu que a prefeitura estará disponibilizando equipamentos para recuperar as lavouras e também tentará “resgatar a dignidade do agricultor para que ele continue em suas terras”.

De acordo com Jurandir Teodoro Gugel, delegado federal de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina, é pre-



Perdas dos agricultores vão além dos prejuízos para a safra deste ano, podendo inviabilizar o plantio das próximas safras

ciso estabelecer um diálogo para que o governo federal implante políticas públicas que alcancem a realidade do agricultor familiar. Ele ainda mencionou o pacote de medidas do governo, salientando que o governo federal vai liberar R\$ 1,2 bilhão para os agricultores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo R\$ 800 milhões para o custeio da safra de inverno e R\$ 400 milhões para amenizar os impactos sofridos com a estiagem.

Os agricultores que possuem o seguro agrícola do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), segundo ele, terão prorrogado o contrato de investimento em até dois anos se tiverem perdas acima de 30% na safra, e terão acesso ao benefício até maio deste ano. Os que não forem contemplados pelo seguro terão duas opções: a prorrogação das parcelas para 2006 e 2007, ou o pagamento à vista com um desconto de R\$ 650.

Prazos - Para receber o seguro, o agricultor deve ir ao Banco do Brasil e preencher um documento com todas as informações sobre a perda na lavoura. Depois da notificação, peritos terão até 20 dias para realizar a visita na propriedade e fazer a verificação da perda. Após a visita, o perito tem até 10 dias para apresentar o laudo ao agente financeiro. Jurandir Gugel ainda disse que o governo federal pretende criar o Fundo Solidário, onde, para cada real depositado pelo governo estadual, outro será depositado pelo governo federal.

Para a próxima safra o governo quer um seguro que cubra todas as atividades registradas pelo agricultor. Também apresentou o Plano Safra, que terá uma vinculação de recursos para a proteção de fontes para possíveis estiagens.

O governo do Estado também contribuirá para atenuar os problemas da seca. Serão transferidos R\$ 10 milhões do Fundo Social para o Fundo de De-

envolvimento Rural, que deverão ser usados na construção de sistemas que permitam a coleta e armazenamento da água da chuva. O Estado anunciou o lançamento do Programa Água da Chuva, com a finalidade de armazenamento para uso futuro.

A falta de comunicação, que é a maior preocupação do município, está deixando os agricultores perdidos, em Caçador, segundo Darci Ribeiro dos Santos, secretário municipal da Agricultura. Darci informou que os agricultores não estão recebendo informações corretas e estão saindo do Banco do Brasil sem as notificações. Nenhum representante do BB estava presente à reunião.

Newton Marçal Santos, que representou o secretário de Desenvolvimento Regional, disse que a Secretaria vai colocar seus departamentos à disposição para a liberação de equipamentos e atendimento às necessidades dos agricultores. No final da reunião, o delegado Jurandir Gugel comprometeu-se a ir ao Banco do Brasil de Caçador esclarecer qualquer dúvida sobre as notificações.

Participaram do encontro o delegado Federal de Desenvolvimento Agrário de SC, Jurandir Teodoro Gugel, o gerente de Infra-estrutura da Secretaria Regional, Newton Marçal Santos, o secretário municipal da Agricultura, Darci Ribeiro dos Santos, além de vereadores e representantes de sindicatos, de cooperativas, da Epagri, da Fatma e Defesa Civil.



Técnicos da Epagri e delegado do Desenvolvimento Agrário prestaram esclarecimentos

Em Videira

A reunião realizada na Amarp (Associação Municipal do Alto Vale do Rio do Peixe), em Videira, contou com a presença de cerca de 50 pessoas e foi mais tranquila que a de Caçador. Na primeira parte do encontro, o delegado federal de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina, Jurandir Gugel, explicou as medidas apresentadas pelo governo federal. O chefe da Estação Experimental da Epagri, Edson Luiz de Souza, afirmou que medidas urgentes devem ser efetivadas e que a tendência é o problema estender-se para o ano seguinte. “Concordo com a idéia das cisternas para a prevenção.”

Uma idéia bem acolhida foi apresentada pelo engenheiro agrônomo Lauvir Telles de Melo, que sugeriu a liberação do empréstimo aos agricultores pelo Banco do Brasil antes do início da safra.

No final, o deputado Renó Caramori (PP) salientou que a maior reivindicação dos agricultores é o laudo nas propriedades. “Os agricultores devem ir ao Banco do Brasil fazer a notificação dos prejuízos e aguardar o perito para fazer o laudo. Precisamos urgentemente socorrer esse pessoal, até porque quem produz o alimento é o colono. O parlamentar ainda irá formalizar um documento com todos os assuntos debatidos na reunião para enviar às entidades e órgãos competentes.

N audiência em Videira, estavam presentes o gerente de Planejamento, Orçamento e Gestão, Valdir Ruschel, o gerente do Banco do Brasil do município, Ismael Fontana, o chefe da Estação Experimental da Epagri, Edson Luiz de Souza, além de Gugel e Caramori.

Instalado Fórum Permanente das Águas

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O Fórum Parlamentar Permanente das Águas foi instalado no dia 22, na Assembleia Legislativa, data em que se comemora o Dia Mundial da Água. O vice-presidente da Casa, Herculano de Nadal (PMDB), deu posse aos integrantes, deputados Pedro Baldissera (PT) – presidente –, Dionei Walter da Silva (PT) – vice-presidente –, Antônio Ceron (PFL), Joares Ponticelli (PP), Jorginho Mello (PSDB), Odete de Jesus (PL) e Romildo Titon (PMDB).

“Hoje, 250 milhões de pessoas sentem a falta d’água em 26 países. Até 2040, a falta d’água atingirá 40 países”, declarou Baldissera. O deputado lembrou que a poluição dos rios e a falta de políticas públicas e ações concretas para preservar a natureza, por exemplo, contribuíram para essa situação.

Ele destacou ainda os trabalhos desenvolvidos pelo Fórum Parlamentar Permanente para a Preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani. “Foram realizados 10 seminários dos quais participaram cerca de 3 mil pessoas”, contou. “Já temos mais quatro seminários agendados para o mês de abril nas cidades de Videira, Caçador, Maravilha e São Lourenço do Oeste, que fazem parte da Bacia do Uruguai”, anunciou. O Fórum das Águas vai permitir que essa experiência seja levada a todo o Estado.

O professor da UFSC, Christian

Caubet, que representa a ACME (Associação para Controle Mundial da Água), proferiu palestra sobre a importância da água atualmente. De acordo com Caubet, no Fórum Mundial Alternativo da Água, realizado em Genebra, no último dia 17, a água foi debatida como um bem comum e não como mercadoria. “Pedimos que seja proibida a venda de água. No Fórum traçamos a meta de que todo governo tenha como obrigação entregar 40 litros de água potável por dia a cada habitante do planeta. Assim estaremos estabelecendo uma garantia para a água. Para nós seria uma grande evolução”, disse.

Reservas – O último palestrante da noite foi o geólogo do Deinfra, Victor Hugo Bicca, que falou sobre o rio Uruguai e o Aquífero Guarani. Ele enfatizou que o Uruguai é um dos maiores rios da região Sul, com uma extensão de mais de 2 mil quilômetros, sendo que 27% desta extensão estão localizados em Santa Catarina, com uma maior concentração nas cidades de Lages e Chapecó.

O Aquífero Guarani é a principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul, com sua maior parte localizada em território brasileiro, abrangendo os estados de Goiás, Mato



Professor Caubet, na tribuna, em primeiro plano: “Vender água deverá ser proibido”

Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “A preocupação central no Estado é com a falta de saneamento básico. Menos de 20% da população catarinense têm acesso ao esgoto. Ainda temos problemas com os lixões, poços sem planejamentos, fossa séptica, a contaminação industrial, e no oeste ainda tem o problema da suinocultura e a agricultura, além da contaminação urbana, que poluem o aquífero”. O deputado Antô-

nio Ceron (PFL) salientou que a meta sugerida pelo professor Caubet é um desafio a toda a sociedade e motiva a reflexão. Já o deputado federal Edison Andrino afirmou estar preocupado, pois Santa Catarina está muito aquém das pesquisas sobre o Aquífero Guarani. Estavam presentes ainda à cerimônia, o deputado Francisco Küster (PSDB) além de representantes do governo estadual e entidades de classe. (MAP/DAB/GMP)

Parlamento debate doença de Chagas

Preocupada com o surto do mal de Chagas registrado em Santa Catarina, a Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Antônio Aguiar (PFL), e atendendo requerimento da deputada Odete de Jesus (PL), promoveu audiência pública no último dia 29, em Plenário. Participaram representantes das secretarias da Saúde e da Agricultura, da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e comerciantes que trabalham com o caldo de cana em Santa Catarina.

Segundo o diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual da Saúde, Luís Antônio Silva, até o dia 26 haviam sido identificados 136 casos suspeitos da DCA (Doença de Chagas Aguda), relacionados à ingestão de caldo de cana no litoral norte do Estado. Trinta casos e cinco mortes foram confirmados. Inicialmente, foram interditados os pontos de venda de caldo de cana às margens da BR-101, entre os municípios de Itajaí e Penha. A partir da confirmação por exames feitos em laboratório, dos primeiros casos da doença, todos os pontos de comercialização e consumo de caldo de cana de Santa Catarina (cerca de 700) foram interditados. Segundo os profissionais do setor de saúde presentes ao encontro, equipes do Ministério da Saú-



Profissionais da Saúde e Vigilância Sanitária explicaram ações

de e da Secretaria Estadual da Saúde, incluindo técnicos do Rio Grande do Sul, estão realizando busca e captura de animais silvestres, como tatu, gambá e preá e também do inseto conhecido como barbeiro. Todos eles, especialmente o barbeiro, são transmissores do protozoário *Trypanosoma cruzi*, responsável pelo mal de Chagas. “O vilão não é a cana ou o caldo de cana. As duas possi-

bilidades fortes são o barbeiro infectado, que pode estar na moenda, ou então a cana ter sido contaminada no armazenamento pelas fezes do barbeiro infectado ou por animal silvestre, como gambá, preá e tatu”, esclareceu Silva. Ele afirmou ainda que a maioria dos casos positivos da doença tiveram, até o momento, um único foco confirmado: o caldo de cana vendido em um quiosque às

margens da BR -101, em Navegantes. Foram feitos 6 mil testes para detectar a doença e todos foram negativos. Os técnicos afirmaram que o surto foi debelado em duas semanas e que dificilmente surgirão novos casos. O consumo de caldo de cana deve ser liberado gradativamente.

Prejuízos – Para o presidente da Comissão de Saúde, a mídia “supervalorizou” o caso. “É preciso reverter essa situação, divulgando que o problema ocorreu numa determinada região e não em todo o Estado”, ponderou Aguiar. Também a deputada Odete alertou para os prejuízos sofridos por quem trabalha com o caldo de cana, tendo seu estabelecimento interdito.

“Estamos sendo vistos como bandidos. Queremos trabalhar dentro das normas de saúde. O caldo de cana não vai continuar matando”, disse Hamilton Pereira, que comercializa o produto. Luciano de Bora Medeiros, que vende caldo de cana na capital, questionou se o governo estadual irá reparar os prejuízos. “Essa é minha única atividade econômica, com aproximadamente R\$ 100 mil investidos num trabalho atendendo todas as normas de higiene. E agora, como ficará nossa situação?” (RMPP)

CPI do Bolshoi pode encerrar na próxima semana

Carlos Agne

A rejeição das denúncias do MPF (Ministério Público Federal) contra o Instituto Escola Bolshoi do Brasil, pelo juiz da 4ª Vara Federal de Joinville, Marcos Hideo Hamasaki, no dia 30, pode encerrar a CPI criada para investigar supostas irregularidades naquela instituição. A decisão do magistrado colocou em xeque a continuidade da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), presidida pelo deputado Gelson Merísio (PFL), e o assunto vai ser encaminhado para a Procuradoria Jurídica e para a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa a fim de determinar sua continuidade ou não. A questão central é a extinção do fato determinante em decorrência da decisão judicial.

Instalada em 15 de março e, praticamente às vésperas de ouvir os depoimentos dos diretores do Instituto Escola Bolshoi do Brasil, Antônio João Ribeiro Prestes e Joseney Braska Negrão, além do presidente da Fundação Cultural de Joinville e vice-prefeito do município, Rodrigo Bornholdt, a CPI criada para investigar as denúncias for-

malizadas à Justiça pelo procurador da República, Davy Lincoln Rocha, pode ser encerrada na terça-feira, 5.

O relator da Comissão, deputado Francisco Küster (PSDB), informou que vai aguardar essa próxima reunião, às 17 horas do dia 5, para promover o encaminhamento da matéria. "Particularmente, acredito que o fato determinante e objeto da criação e instalação da CPI desapareceu com a decisão do juiz federal. A legislação é muito clara quando normatiza a criação da CPI. Para criá-la, o requerimento citava que o objetivo era o de investigar as denúncias do Ministério Público Federal. Se a Justiça considerou as provas ilegítimas, pelo fato de as acusações não constarem de inquérito policial e a denúncia quanto ao crime de formação de quadrilha contra todos os acusados não descrever todas as circunstâncias do fato criminoso, não tem razão de continuarmos com a CPI. Se estivesse respaldada em outros fatos, até poderia continuar. Não podemos nos alvoroçar e ser mais perfeitos que a perfeição. Mas a decisão ficará por conta da Comissão de Constituição e Justiça e da Pro-



Mãe de um dos alunos da Escola entrega manifesto ao relator da CPI, deputado Küster

curadoria Jurídica da Casa", argumentou o tucano.

Integram a CPI os deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Simone Schramm (PMDB), Paulo Eccel (PT), Sérgio Godinho (PTB) e Dionei Walter da Silva (PP), sob a presidência do deputado Gelson Merísio (PFL) e relatoria de Francisco Küster (PSDB).

Decisão judicial

O juiz Marcos Hideo Hamasaki, em 56 páginas, considerou que a denúncia está subsidiada em provas ilegítimas, obtidas em procedimento administrativo presidido pelo próprio MPF. Também considerou o fato de que os crimes atribuídos aos acusados não foram objeto de inquérito policial e, quanto ao crime de formação de quadrilha, não descreve todas as circunstâncias do fato criminoso.

A denúncia quanto aos crimes de peculato, desvio e formação de quadrilha, foi rejeitada por ausência de justa causa. Hamasaki destaca que para o recebimento de denúncia, além da observância dos seus aspectos formais, deve haver justa causa, ou seja, elementos probatórios mínimos que justifiquem o desencadeamento do processo penal. Tramita ainda na Justiça Federal o pedido de ação civil pública, por improbidade administrativa, contra os diretores do Instituto Escola Bolshoi do Brasil, Antônio João Ribeiro Prestes, sua mulher e supervisora da escola, Joseney Braska Negrão, e outras sete pessoas ligadas ao Instituto e à Fundação Cultural de Joinville. (CA)

Deputados falam sobre rejeição da denúncia

Parlamentares governistas, ao usarem a tribuna na manhã de quinta-feira (31), destacaram que a imagem da instituição foi abalada e que o governador Luiz Henrique da Silveira foi vítima de constrangimento e sofrimento moral nos últimos 60 dias.

"Nos últimos 60 dias, o governador Luiz Henrique da Silveira vem sofrendo com as notícias veiculadas pela imprensa, inclusive em nível nacional, com um constrangimento moral, pois vinha sendo imputada a ele uma ligação com a escola e com as supostas irregularidades cometidas. Com a rejeição da denúncia, tenho que indagar quem vai pagar pelos prejuízos causados contra o cidadão e o homem público sofridos nesse período? Quem vai pagar os prejuízos da escola? Quem vai pagar os prejuízos da cidade de Joinville, que apareceu negativamente nas manchetes da imprensa?", questionou o peemedebista Herneus de Nadal.

O líder da bancada do partido, deputado Manoel Mota, também manifestou indignação pela forma "pesada" como alguns parlamentares trataram o assunto. E defendeu a lisura das pessoas acusadas no episódio. "As pessoas que dirigem a entidade são pessoas de caráter e idôneas". Ainda em defesa do governo, Mota classificou as críticas e a criação da CPI como "desespero dos adversários" e tentativa de



Herneus levou jornal à tribuna

"denegrir" o Bolshoi. "Era um jogo político e por isso a decisão federal pelo arquivamento. Vamos cada vez mais trazer a verdade."

Membro da Comissão e ex-presidente da CPI da Casan, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) disse que não é favorável ao encerramento da CPI mesmo que a Justiça tenha se pronunciado pela rejeição da denúncia. "A CPI tem a incumbência de investigar os fatos, já que foram levantados indícios pelo MPF. Existe, além das denúncias rejeitadas pelo juiz federal, outra ação. Particularmente, defendo a continuidade dos trabalhos", disse. (CA/SD/RMPP)

Pais de alunos manifestam-se em Plenário

Uma comitiva de pais e amigos de alunos, com cerca de 150 pessoas, do Instituto Escola Bolshoi do Brasil, esteve durante a tarde de terça-feira (29) na Assembléia Legislativa para pedir apoio e entregar um documento às presidências da Casa e da CPI. Sem ferir o regimento e no intervalo entre a sessão ordinária e a audiência pública sobre a reforma política, a pedido de inúmeros parlamentares, o presidente Julio Garcia (PFL) concedeu espaço na tribuna para que a coordenadora do grupo, Márcia Souza Fagundes, pudesse expor as considerações dos manifestantes.

Márcia, mãe da menina Raiza, de 11 anos, que há três é aluna da Escola, leu um manifesto de sete páginas, procurando sensibilizar os deputados sobre efeitos negativos que a CPI estaria provocando à instituição. Fez críticas contundentes também ao apelido dado pela mídia catarinense que em suas notícias a denomina de "CPI da Sapatilha".

"Estamos aqui para pedir apoio aos deputados pelo mal que está sendo causado aos alunos e seus familiares. Não somos contra a Comissão Parlamentar de Inquérito, mas pedimos que ela não seja mais um palanque político-eleitoreiro. Nos sentimos profundamente ofendidos com o termo CPI da Sapatilha e manifestamos hoje nossa indignação com um pedido de retratação daqueles que ventilaram essa idéia e a propagaram. Quem usa sapatilha não precisa ser investigado e sim quem usa sapatos comuns, tanto que podem ser confundidos com os homens de bem", observa.

O documento afirma que o Instituto Bolshoi é o "maior projeto de inclusão social da América Latina" e que forças políticas e escusas não querem deixar que o Instituto amplie seu trabalho. "Nos arriscamos a dizer que com a Escola de Teatro Bolshoi no Brasil, este país está para a dança como está para o samba e o futebol. Acordemos para tudo isso. O orgulho é para Santa Catarina. O Brasil, Joinville e todo o Estado só têm a ganhar com a influência de pessoas com outras culturas que aqui vêm morar e acabam amando esta terra. Lembrem-se de que o Bolshoi é sua escola, sua vida e seu próprio ser", complementou. O documento foi entregue a todos os deputados presentes. (CA)

Usina de biodiesel em SC

Uma das 24 usinas previstas pelo Programa Biodiesel, do governo federal, poderá ser construída em território catarinense. O anúncio foi feito da tribuna pelo deputado Afrânio Boppré (PT), na sessão plenária de terça-feira (29). O parlamentar pediu à Presidência da Assembleia Legislativa que encaminhe moção ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e aos ministros Dilma Roussef, das Minas e Energia, e Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, para que o estado seja contemplado pelo Programa, lançado em dezembro de 2004.

Santa Catarina deve ser inserida neste esforço nacional por uma nova matriz energética e pela substituição de importações, opina Boppré, que relaciona ainda outros fatores para que o Estado tenha pelo menos uma usina de biodiesel: a geração de emprego e o incremento à agricultura familiar que este tipo de empreendimento funciona.

O primeiro passo para a implantação do programa foi dado no dia 24 de março, na cidade de Cássia, sul de Minas Gerais, com a inauguração da primeira usina de biodiesel. Vai produzir 60 mil litros de biodiesel por dia. Para abastecê-la, 200 peque-



Boppré quer garantir usina no Estado

nos agricultores vão fornecer, por meio de cooperativas, sementes de girassol e nabo forrageiro. O Ministério do Desenvolvimento Agrário estima que até o próximo ano, serão incluídas no sistema de produção de biodiesel, enquanto a ministra Dilma Roussef calcula em US\$ 425 milhões a economia que o país fará com a instalação das demais 24 usinas previstas, pois quanto maior a produção de biodiesel menor a importação de petróleo.

Nos últimos 50 anos, o Brasil desenvolveu pesquisas sobre a criação de um novo combustível com a intenção de promover economia e preservação ambiental. Em 1980, a iniciativa recebeu a primeira patente sobre o processo de produção a partir de fontes como mamona, soja, dendê e girassol, tornando-se pioneira no mundo.

O novo combustível é renovável e reduz emissão de poluentes. "Além de trazer benefícios para a sociedade, o uso do biodiesel reduz em 78% as emissões de poluentes, como o dióxido de carbono, gás responsável pelo efeito estufa, e em 98% o enxofre na atmosfera. É com muita honra que parabeno a iniciativa do governo federal", salientou. (CR/TM).

Deputados querem libertar integrantes do MAB

Os deputados Ana Paula Lima (PT), Simone Schramm (PMDB), Francisco de Assis (PT) e Reno Caramori (PP), da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher, presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), decidiram tentar sensibilizar o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jorge Mussi, para a concessão da liberdade de seis agricultores, integrantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), presos no dia 12, pela Polícia Militar, em Campos Novos. O assunto centralizou as discussões da Comissão reunida na manhã de quarta-feira (30), que também definiu a convocação do secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet (PMBD), e de um integrante do MAB, para prestar esclarecimentos no dia 6, às 10 horas.

Pedido de *habeas corpus* já foi impetrado pelo Movimento, mas até o dia 31 não havia sido julgado. Os agricultores estão confinados no presídio de Joaçaba. Um dos presos tem 70 anos, teve problemas de saúde e foi levado ao hospital para atendimento médico. Assis foi enfático ao criticar, não só a usurpação arbitrária do direito dos agricultores ao serem pre-

tos, como também a permanência deles no presídio. Testemunhas denunciaram que houve abusos dos policiais militares. "Não é possível que eles ainda estejam presos. Eles não são bandidos", disse o parlamentar.

Na reunião, Caramori pediu que o comandante-geral da PM, coronel Edson Ivan Morelli, e um integrante do MAB, fossem convocados a prestar esclarecimentos, enquanto Ana Paula Lima sugeriu a presença da deputada federal, Luci Choinacki (PT), depois de entregar o relatório dos depoimentos e documentação do caso elaborado por Luci. Simone propôs que os integrantes da Comissão verifiquem a questão no local.

Contato - À tarde, em Plenário, a deputada Ana Paula anunciou que a Comissão entrou em contato com o desembargador Amaral e Silva, designado para analisar o pedido de *habeas corpus*. Gonçalves salientou que a Comissão não está focando a disputa de terras, e sim os direitos humanos dos agricultores. "Vamos fazer um apelo para o desembargador. Enquanto as cadeias estão superlotadas de marginais, colonos honrados está ocupando o mesmo lugar. É o fim do mundo! Não estamos fazendo nada mais do que a nossa obrigação." (CA/DAB)

Interiorização da UFSC

Dentro de 15 dias, grupo de trabalho a ser constituído pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, apresentará proposta do seminário que irá discutir a interiorização da Universidade Federal de Santa Catarina. A decisão foi resultado de debate realizado na manhã de quarta-feira (30) pela Comissão, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), e provocado por requerimento de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB).

O requerimento foi encaminhado originalmente à presidência da Casa e sugere o convite ao reitor da UFSC, professor Lúcio Botelho, para debater a interiorização das atividades da instituição. "O deputado Julio Garcia (PFL) remeteu à esta Comissão para dêssemos encaminhamento ao assunto. De acordo com a justificativa de Jorginho, o debate com o professor Botelho sobre o projeto de interiorização da UFSC e a iniciativa da universidade possibilitarão que parte dos alunos da rede pública realizem o curso supe-

rior gratuitamente e sem o ônus de deslocamento para a capital do Estado", explicou Titon.

A sugestão de ampliar para um seminário, com a participação da sociedade organizada e a presença de representantes do Ministério da Educação, secretaria estadual de Educação, universidades particulares e Sistema Acafe, além de alunos e professores, foi do deputado Celestino Secco (PP), e aprovada pelos outros integrantes. O grupo de trabalho será integrado pelo secretário executivo da Comissão e assessores dos deputados que a integram.

Vice - Os parlamentares também elegeram a deputada Ana Paula Lima (PT) para a vice-presidência da Comissão. Embora o nome do ex-presidente, o também petista Paulo Eccel, tenha sido citado para assumir como vice de Titon, os deputados, por proposição de Simone Schramm (PMDB), aprovaram o nome de Ana Paula. "Minha proposta foi pela valorização da bancada feminina nesta Casa", argumentou Simone. (CA)

Casa do Catarinense nos EUA

O grande número de catarinenses que mora na cidade de Boston, no Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, motivou o deputado Clésio Salvaro (PSDB) a defender a criação da Casa do Catarinense naquele país. A finalidade é dar apoio a essas pessoas. "Só da região de Criciúma são cerca de 30 mil pessoas", justificou o parlamentar que é natural daquele município.

Salvaro falou sobre um jovem da sua cidade que, depois de chegar aos Estados Unidos, após 57 dias da sua partida, enviava cerca de R\$ 6 mil por mês para a família. O garoto acabou ficando tetraplégico por causa de um acidente de trabalho no país. "Hoje, esse garoto está aposen-



Salvaro: "Catarinenses precisam de apoio"

tado pelo governo americano, tem uma casa adaptada para ele e recebe tratamento fisioterápico", relatou Salvaro.

O caso é atípico e nem todos recebem esse apoio ou têm a quem recorrer. "Durante

nossa viagem, fomos procurados por uma pessoa que está abandonada num hospital de Boston", contou Salvaro. "Precisamos de ajuda para instalar a Casa do Catarinense", reforçou. Ele e o deputado Vanio dos Santos (PT) integraram a comitiva do vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, que foi aos Estados Unidos na última semana. A comitiva passou pelas cidades de Boston, Miami e Nova York.

Outras atividades foram a visita ao estande de Santa Catarina, num evento sobre transportes marítimos e turismo, em Miami, e o encontro com o cônsul-geral do Brasil, em Nova York. (MAP)

Seca e Defesa Civil

O deputado Pedro Baldissera (PT), reclamou durante a sessão plenária do dia 30, da morosidade da Defesa Civil estadual. "Conforme o Ministério da Integração Nacional, em apenas 12 dos 150 municípios atingidos pela seca, foi decretado estado de emergência", afirmou. O líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), responsabilizou as prefeituras, argumentando que uma equipe da Defesa Civil percorreu durante a Semana Santa, 59 municípios da região atingida e constatou que nenhum deles apresentou a documentação necessária para a homologação do estado de emergência. Sem isso a devida documentação, o governo federal fica impedido de liberar recursos para indenização.

Embate - A questão de recursos para amenizar os prejuízos provocados pela maior estiagem dos últimos 43 anos, envolvendo o recém criado Fundo Social provocou embate en-



Peninha assegurou que governo vai liberar

tre petistas e peemedebistas na plenária do dia 17. O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) reproduziu gravação de uma entrevista com o governador Luiz Henrique da Silveira na Rádio Super Condá AM, em Chapecó, em que afirmava não ser possível ajudar mais os produtores do Oeste atingidos pela seca "porque os deputados do PP e do PT entraram com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), impossibilitando a utili-

zação de recursos do Fundo Social". "O governo está tentando culpar o PP e o PT por não oferecer ajuda suficiente aos atingidos pela seca", disse.

O deputado Dionnei Walter da Silva (PT) disse que o governo federal está fazendo a sua parte. "Será liberada verba de R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 800 milhões para o custeio da safra de inverno e R\$ 400 milhões para amenizar os impactos causados pela falta de chuva aos

pequenos agricultores. Agora falta o governo estadual se mexer", afirmou, endossado pelo líder da bancada, Paulo Eccel.

O peemedebista Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), garantiu que o governo estadual fará a sua parte, contando com os recursos do Fundo Social. "O governo do Estado irá liberar R\$ 10 milhões do Fundo Social para o Fundo de Desenvolvimento Rural. O governo federal está ajudando, mas não é tudo isso não." (GMP)

Prejuízos chegam a R\$ 600 milhões

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, comentou na sessão plenária do dia 17, a visita à região Oeste, um dia antes, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para verificar os prejuízos provocados pela prolongada estiagem, que já provocou perdas de 60% na safra. "Além do oeste, o sul sofre muito com a seca. Os prejuízos em todo o Estado chegam a R\$ 600 milhões", declarou.

Ele lembrou que no ano passado, o problema atingiu 170 municípios, e ainda houve o furacão "Catarina", que provocou destruição no Sul. "Espero parceria entre os governos federal e estadual para amenizar esse problema.

Mota citou ainda os prejuízos ocorridos com a maçã produzida na Serra Catarinense, que, segundo ele, ultrapassam os 50%. "Se considerar que a qualidade também caiu, os prejuízos são ainda maiores." Falou ainda dos pro-



Mota cobrou parceria entre administrações

dutores de mandioca da região do Vale do Araranguá, no Extremo-sul catarinense, que através de determinação do Ministério Público estadual foram impedidos de beneficiar o produto para a fabricação de polvilho, já que estavam poluindo os mananciais de água. "O governo estadual já está finalizando um projeto ambiental que vai solucionar isso", declarou. (RMPP)

Orçamento 2005

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) questionou alterações feitas pelo governo ao Orçamento de 2005. Segundo o parlamentar, no Decreto 2.973, de 25 de fevereiro de 2005, houve o acréscimo de R\$ 318 milhões em gastos com pessoal e encargos, enquanto o que havia sido aprovado em dezembro pelo Legislativo previa o valor de R\$ 2 bilhões e 498 milhões, passando para R\$ 2 bilhões e 817 milhões. O mesmo aconteceu com a dívida pública, orçada inicialmente em R\$ 617 milhões e agora alterada para R\$ 769 milhões. "Foram itens subestimados", declarou Vieirão.

Ele apontou ainda alterações no item de custeio da máquina pública. "Houve contingenciamento, uma vez que a previsão era de



Vieirão: "Orçamento não atende sociedade"

R\$ 1 bilhão e 204 milhões, com redução para R\$ 798 milhões. Já o item orçamentário para investimentos, que tinha R\$ 421 milhões, teve seu valor reduzido para R\$ 113 milhões. "Esse é o orçamento. É balela dizer que o Orçamento Estadual atende a sociedade, que foi feito a quatro mãos com a participação dos conselhos regionais de desenvolvimento, conforme falou o deputado Manoel Motta (PMDB)", comentou Vieirão. (SD)

Movimento ambiental

Durante reunião da Associação dos Moradores do Distrito de Santa Terezinha do Salto, com a presença de cerca de 100 pessoas, foi aprovada na semana passada a criação do Movimento em Prol da Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Distrito de Santa Terezinha do Salto Caveiras. A proposta foi apresentada pelo presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, deputado Sérgio Godinho (PTB).

A idéia do movimento comunitário surgiu após assembleia extraordinária da Associação de Moradores, em janeiro deste ano, com a participação

de autoridades municipais e estaduais, quando se discutiu toda a problemática e foram apresentadas alternativas para minimizar os efeitos da estiagem.

Dias antes, o deputado Godinho havia cobrado da direção da Celesc posicionamento diante do gradativo esvaziamento do alagado - nível das águas 4 metros mais baixo. "O Movimento visa chamar a atenção das autoridades para o impacto causado pela estiagem - que se agrava a cada ano - e despertar a necessidade da elaboração de um Plano Diretor que atenda a demanda de urbanização da sede do distrito e da ocupação crescente das áreas de entorno do alagado", sintetizou o deputado Godinho. (IRM)



Petebista quer posicionamento da Celesc

Setor elétrico em pauta

O modelo de trabalho adotado pelo governo federal dividiu o setor elétrico, declarou o deputado Francisco Küster (PSDB), no último dia 17, manifestando preocupação com os rumos do setor. "As geradoras foram privatizadas e a transmissão ficou sob responsabilidade do Estado. As distribuidoras passaram a ser o 'patinho feio' do sistema. Se persistir o modelo atual, antes de 10 anos teremos uma quebradeira das distribuidoras, que vai começar pelas privatizadas." O parlamentar disse que é preciso aprofundar essa discussão e que, em breve, o governo do Estado deverá enviar à Assembleia um projeto que vai reformular a Celesc.

Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) citou a Copel

(Companhia de Energia Elétrica do Paraná) como exemplo da crise. "A Copel Geradora vende energia elétrica para os concorrentes da Copel Distribuidora com preço menor do que adquire de outras geradoras, porque a Copel Geradora não pode vender energia para a Copel Distribuidora. Isso é o que manda a lei do setor energético, o que representa prejuízos para o consumidor, que compra energia mais cara." No caso da Celesc, Vieirão informou que o prejuízo é menor, porque a estatal catarinense só produz 3% da energia que distribui. "É urgente a necessidade de reformulação do sistema de energia elétrica no país", afirmou Vieirão. O sistema elétrico sofreu mudanças profundas, com a adoção do atual modelo, a partir de 1995. (RMPP)

Nadal questiona contratos agrícolas

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) questionou os contratos de financiamentos firmados entre bancos e produtores de milho de Santa Catarina. Esses contratos fazem uma previsão da produção em torno de 55 sacas do grão por hectare de terra. Em caso de prejuízos, os agricultores só recebem o seguro se perderem ao menos 30% da produção. "Essa porcentagem, calculada sobre as 55 sacas, resulta em 39 sacas. Ou seja, é preciso que o produtor colha menos de 39 sacas de milho para receber o seguro", explicou Herneus de Nadal,

durante sessão plenária na semana passada.

Porém, isso é um número difícil de ser alcançado porque a produção no Estado geralmente ultrapassa o número de 100 sacas de milho por hectare. O deputado Reno Caramori (PP) disse que, se as sementes forem plantadas manualmente, mesmo assim a produção alcançará no mínimo 80 sacas por hectare.

Herneus também lembrou dos agricultores que não têm cobertura de nenhum seguro porque não contrataram qualquer tipo de financiamento. "Mais de 20 mil famílias estão nessa situação", disse. (MAP)



Peemedebista pediu mudanças para o seguro

Liberdade de imprensa

O atentado sofrido pelo jornalista Maurício Barti, no último dia 15, foi condenado pela deputada Ana Paula Lima (PT) na sessão plenária da tarde de terça-feira (29). Na mesma tarde, a parlamentar, juntamente com o líder da bancada, deputado Paulo Eccel, também participou de entrevista coletiva concedida pelos dirigentes do PT estadual, na Sala de Imprensa da Assembléia.

O jornalista é proprietário do jornal *Info Bairros* e colaborador da ONG Reage Itapema, e foi baleado na perna ao atender um chamado nos fundos de sua casa, localizada na rua 256. Ele vinha publicando diversas denúncias con-



Ana Paula: "Esperamos providências"

tra a atual administração municipal. "Fui comunicada logo após a

tentativa de homicídio e providenciei o encaminhamento de Barti ao hospital, em Blumenau, e acionei o secretário de Segurança Pública, pedindo providências", lembrou, assinalando que até agora nenhuma ação foi efetivada para esclarecer o fato e prender os culpados. Na sessão plenária de quarta-feira (30), a deputada informou que pediu providências ao governador. "Nos encontramos em seguida com o secretário da Segurança, Ronaldo Benedet (PMDB) e ele determinou que o delegado chefe da Polícia Civil, Ricardo Lemos Thomé, apure os fatos. Esperamos que assim o faça", concluiu. (GMP/TK)

Desapropriação ilegal



Ceron quer cumprimento das leis

A legalidade do decreto assinado pelo presidente da República em 24 de fevereiro, desapropriando uma fazenda no município de Correia Pinto, no Planalto Serrano, para assentamento de agricultores sem-terra, foi contestada pelo deputado Antônio Ceron (PFL), em sessão plenária do dia 22. Ceron alegou que não há fundamentação legal para incluir a área em um projeto de desapropriação, citando a construção do aeroporto regional de Correia Pinto a cerca de 400 metros da fazenda São Roque. "A terraplanagem da área do aeroporto já está praticamente concluída", disse o deputado.

De acordo com decreto do DAC (Departamento de Aviação Civil), são proibidas culturas agrícolas que atraem pássaros

perto de aeroportos. "Se ali for instalado um assentamento, a Fatma não dará permissão para fazer o aeroporto", explicou. Além disso, desde 1986 a área é considerada urbana. "Ou seja, não se paga imposto rural e sim IPTU". A fazenda originalmente pertencia a Artibano Rafaeli, já falecido, e tinha 1.224 hectares. Hoje, esta área está dividida entre 17 herdeiros do ex-proprietário. De acordo com a Lei nº 8.629/93, a pequena e média propriedade rural não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. "Ao analisarmos a área de cada herdeiro, concluímos que as propriedades originadas desta fazenda são pequenas e médias, portanto, não podem ser desapropriadas", afirmou Ceron, assinalando que não é contra a reforma agrária. (MAP)

Requerimentos

Em 8/03

- De autoria do deputado Genésio Goulart (PMDB), foram remetidos dois expedientes ao secretário estadual da Saúde, solicitando o credenciamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, para o tratamento de quimioterapia, e auxílio financeiro para hospitais da região da Amurel.

- A deputada Simone Schramm (PMDB) e outros parlamentares assinaram expediente remetido aos presidentes do Congresso e do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando repúdio ao PL nº 4.244/2004, que institui a profissão dos trabalhadores da sexualidade.

- Pedro Baldissera (PT) requereu o envio de expediente ao governador solicitando providências urgentes e emergenciais no sentido de minimizar os efeitos da estiagem nas regiões Extremo-oeste, Oeste e Meio-oeste catarinense. A mesma solicitação foi encaminhada ao presidente da República.

- Requerimento remetido à OAB/SC e assinado pela deputada Ana Paula Lima (PT) e outros parlamentares sugere apoio à iniciativa federal que estimula a inclusão de mulheres nos sistemas de cotas para indicação de ministros ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e de desembargadores para os Tribunais de Justiça, bem como aplaude a indicação de uma advogada para compor o Tribunal de Justiça do Estado (ex-offício). Também requereram o envio de expediente ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando melhorias da sinalização na intersecção da BR-101, acesso a Itajaí, e na intersecção da BR-101 com a BR-470, em Navegantes.

- De autoria do deputado Antônio Aguiar (PFL), ao governador do Estado, foram encaminhados expedientes solicitando que interceda junto ao ministro dos Transportes e ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT para agilizar a execução do projeto já aprovado da BR 280 - melhorias de segmentos críticos entre Mafra e Canoinhas, para a colocação de lombada eletrônica no trecho do perímetro urbano de Canoinhas/BR-280. Ainda ao governador, o parlamentar solicitou a conclusão das obras da Delegacia Regional de Polícia da Comarca de Canoinhas. Ao secretário da Saúde, Aguiar pediu recursos para melhorias na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio, de Itaiópolis, Hospital Félix da Costa Gomes, de Três Barras, Hospital Santa Cruz, de Canoinhas, e para aquisição de materiais de consumo e medicamentos para todos eles.

- Expediente, requerido pelo deputado Joares Ponticelli (PP), remetido ao secretário da Saúde, pede recursos para melhorias e para a aquisição de material de consumo e de medicamentos para o Hospital de Caridade São Bráz, de Porto União.

- O deputado Valmir Comin (PP) requereu a constituição de Fórum Permanente para acompanhar o processo de implantação do empreendimento denominado Barragem do Rio do Salto, em Timbó do Sul.

- O deputado Onofre Santo Agostini (PFL) pediu o envio de expediente ao governador e ao presidente da CASAN, solicitando a implantação de rede de abastecimento de água no município de São Bernardino. Também solicitou ao governador a doação da Escola Reunida Estadual de Ribeirão Café ao município de Rio do Oeste. Ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Superintendente do INCRA, em Brasília, e à bancada catarinense no Congresso Nacional, o parlamentar solicitou medidas que impeçam a desapropriação de área de terras em Correia Pinto.

Combate à Discriminação Racial

Magda Audrey Pamplona

No dia 21 de março de 1960, na África do Sul, 69 pessoas foram mortas quando protestavam contra uma lei que obrigava os negros daquele país a andarem com cartões de identificação especificando os lugares onde podiam circular. A data foi instituída pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial. Para lembrar, a Eletrosul (Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A.), em parceria com o projeto Cinema na Favela, promoveu a exibição do documentário *A Negação do Brasil*, que mostra como os negros são retratados nas telenovelas brasileiras nos anos de 1963 a 1997. O dia também marcou os dois anos da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal.

Em *A Negação do Brasil*, o cineasta Joel Zito Araújo fala sobre os limitados papéis destinados aos atores negros, que não iam muito além do que os de domésti-

cas, escravos e jagunços. O filme também mostra uma das primeiras polêmicas da televisão brasileira, quando um ator branco foi escalado para viver o papel de um negro. Em 1969, a TV Globo escolheu Sérgio Cardoso, galã da época, para viver o personagem título da novela *A Cabana do Pai Tomás*. O ator era pintado de preto e usava rolnhas para alargar o nariz.

Segundo Zito Araújo, em trecho do documentário, o interesse pela participação dos negros em novelas surgiu pela recusa em ver seu grupo racial interpretando só empregadas. *A Negação do Brasil* conta também com depoimentos de atores negros, como Léa Garcia, Milton Gonçalves, Ruth de Souza e Zezé Mota. Após a exibição do filme no Auditório da Eletrosul, em Florianópolis, foi realizado um debate que contou com a presença da atriz Lelette Couto, integrante do grupo Ação Zumbi, do vereador da capital, Márcio de Souza (PT), e do presidente do Bloco Liberdade, que desenvolve trabalhos comunitários na Região da Grande Florianópolis, Marcos Caneta.

Debate

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)



Lelette Couto, Marcos Caneta e o vereador petista Márcio de Souza

Lelette Couto, filha do ator Waldyr Onofre, contou que foi vítima de discriminação quando era criança. “Meu pai fazia o papel de um capanga na novela Irmãos Coragem. Eu ia para a escola e as outras crianças diziam: “Você é filha de um assassino, seu pai matou um homem ontem”, relatou. Segundo ela, até hoje as pessoas confundem o personagem com o ator. “Além disso, a televisão passa valores éticos e estéticos às pessoas”, disse. Ela acha que os negros devem escrever novelas também. “Os escritores são intelectuais, têm formação acadêmica, mas não estão junto do nosso povo, não conhecem a nossa realidade.”

Márcio de Souza concordou com a atriz e disse que as novelas mostram um comportamento do negro completamente distanciado da realidade. Ele questionou por

que não existe o termo branquitude, já que se costuma falar em negritude. “Porque as riquezas do país foram acumuladas pela branquitude. Por isso ela silencia”, explicou.

O aumento da violência no país também foi debatido. Marcos Caneta lembrou que hoje não são somente as comunidades carentes que estão sofrendo com o problema. “A violência chegou aos centros das cidades, já está atingindo a classe alta”, comentou. Caneta também falou sobre o aumento da criminalidade em Santa Catarina. “Antes assistíamos às notícias de crimes em São Paulo e no Rio de Janeiro e imaginávamos que isto estava distante de nós.”

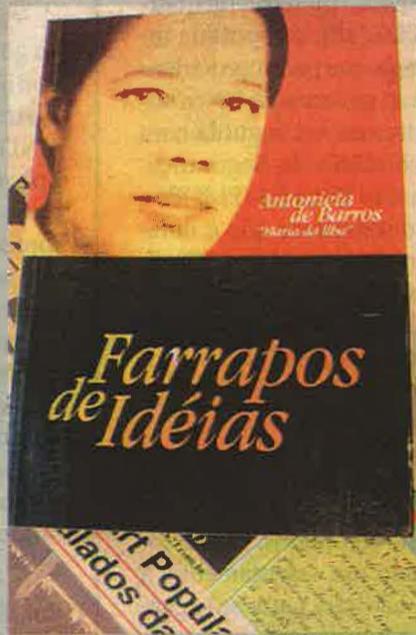
Representantes de algumas entidades de defesa dos negros também estavam presentes ao debate, entre eles os integrantes da Nação Hip Hop, do grupo Ação Zumbi e Núcleo de Estudos Negros, de Florianópolis.

Homenagem a Antonieta de Barros

Paralelamente ao evento foi feita uma amostra do material produzido em 2001, pela Comissão do Centenário de Antonieta de Barros. Ela foi a primeira mulher, e negra, a eleger-se deputada em Santa Catarina. A Comissão foi constituída por secretários de Estado e representantes de ONGs (Organizações Não-governamentais) com o objetivo de desenvolver ações que divulguem a história de Antonieta em Santa Catarina naquele ano.

Uma das atividades da Comissão foi a reedição do livro *Farrapos de Idéias*, uma autobiografia da deputada, que era professora por profissão. “Também agilizamos a criação do Conselho Estadual Afrodescendente”, disse a presidente da Comissão, Eliete Maria Rosa. O trabalho da Comissão também foi exposto na Bahia e na África do Sul, durante a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, em 2001.

“O cineasta Joel Zito Araújo já demonstrou interesse em fazer um trabalho sobre Antonieta de Barros”, anunciou o vereador Márcio de Souza. Esse trabalho seria muito importante porque a maior parte da população de Florianópolis nem sabe quem ela foi”, afirmou. Antonieta de Barros nasceu em Florianópolis, no dia 11 de julho de 1901, e faleceu em 29 de março de 1952.



Eliete Maria Rosa, presidente da Comissão do Centenário de Antonieta

Programa do Legislativo fecha parceria com a DRT

Segundo dados do Ministério do Trabalho, a taxa de desemprego entre a juventude negra é o dobro da taxa média nacional. Para a coordenadora do Programa Antonieta de Barros, Marilu Lima de Oliveira, a discriminação racial existe no Brasil, mascarada por uma convivência harmônica, na qual os negros se mantêm trabalhando em subempregos. “A sociedade precisa trabalhar para que haja uma verdadeira integração social e assim possibilitar o ingresso de jovens de baixa renda no mercado de trabalho. A Assem-

bléia Legislativa está cumprindo o seu papel, não só ao implantar este programa, como também aprimorá-lo cada vez mais”, afirmou.

Com este intuito, Marilu pretende formar parcerias com a DRT (Delegacia Regional do Trabalho), para promover palestras e assim enriquecer o programa. “Já temos um início de inclusão social, e agora também queremos traçar metas para que eles possam, ao sair do Programa, não apenas se manter no mercado de trabalho como também continuar com seus estudos”, afirmou. (TK)